

Teorias da população e modernidade: o caso português

I. MALTHUSIANISMO E TEORIA DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

1. DEMOGRAFIA: MODERNIDADE, RISCO E PROSPECTIVA

O nascimento da demografia, no século xvii, constitui um facto marcante na construção de um novo campo científico, o das ciências do homem e da sociedade. É uma criação que encontra as suas raízes no progresso da racionalidade moderna. É em geral aceite que a invenção das primeiras tábuas de mortalidade pelo inglês John Graunt constitui o certificado de nascimento dessa nova ciência¹. Quem era John Graunt? Tal como William Petty, seu amigo e mentor da *aritmética política*, Graunt pertencia a uma próspera família burguesa que, obviamente apostada em investir no futuro, providenciou ao seu descendente uma sólida educação. Graças ao que Graunt, paralelamente à sua profissão de comerciante, desempenhará também funções na administração municipal do bairro londrino de Cornhill² e, embora fora dos círculos científicos, poderá dedicar-se à investigação.

Em 25 de Janeiro de 1662, Graunt publica as suas *Observações Naturais e Políticas*, onde apresenta as primeiras tábuas de mortalidade — nas quais media o risco de mortalidade dos indivíduos, segundo a idade — e analisa as causas de mortalidade, o crescimento natural e o ritmo de crescimento da população londrina. Até Graunt, a população era objecto de meras reflexões

* GREP — Grupo de Estudos de População, Departamento de Sociologia do ISCTE.

¹ No entanto, a palavra *demografia* só foi inventada em 1855 pelo francês Guillard.

² In Jacques e Michel Dupâquier (1985), *Histoire de la démographie. La statistique de la population des origines à 1914*, prefácio de Pierre Chaunu de l'Institut, Paris, Librairie Académique Perrin, col. «Pour l'histoire» (p. 133).

especulativas³. Graunt introduz a análise demográfica a partir da observação de dados estatísticos. A sua fonte são os boletins de mortalidade (*bills of mortality*)⁴. A partir da análise dos dados publicados, obtém resultados posteriormente confirmados por outros autores, incluindo o célebre astrónomo e matemático Halley⁵. Temos, pois, como protagonista do nascimento desta nova ciência, não um cientista, mas um comerciante, o qual age de acordo com a mentalidade racional, pragmática e ambiciosa da sua classe, em oposição à da velha sociedade, que, submetida a «uma vontade sobrenatural insondável»⁶, navegava num mar de fatalismo.

Graunt inventa um novo utensílio do conhecimento humano a partir de algumas ideias simples e revolucionárias: (1) os factos da vida humana são mensuráveis; (2) em resultado dessas medidas, pode-se definir e prever os riscos de, no futuro, se produzirem determinados acontecimentos e de se desenvolverem determinadas tendências; (3) o conhecimento desses riscos permite actuar, quer no sentido de se rentabilizarem investimentos — os seguros, por exemplo —, quer para lutar contra as causas de tais acontecimentos (e aqui encontramos as preocupações do *autarca* John Graunt). O seu contributo para a progressão da razão moderna é, pois, inegável.

Com as tábuas de mortalidade de Graunt, a demografia define-se como ciência que, a partir da observação de dados, mede o *risco* dos fenómenos demográficos e que, a partir dos resultados dessas medidas, aspira a conhecer não apenas o presente e o passado, mas também a aventurar-se na prospecção do futuro. É esta ambição prospectiva que vai accionar a formulação de teorias universais da população, de que são principais expressões o malthusianismo e a teoria da transição demográfica.

2. MALTHUS E O CONTROLE DA PROCRIAÇÃO

Com Graunt e seus descendentes (William Petty, Gregory King, em particular), a demografia confirmar-se-á como uma das primeiras formas do racionalismo que, a partir do século XVII, elegerá o homem e a sociedade como objecto do conhecimento científico. Os progressos da nova ciência influenciarão o debate entre populacionistas e antipopulacionistas que se intensificará durante o século XVIII. A publicação, em 1798, da 1.ª edição do *Ensaio* de Malthus virá ampliar a repercussão social e científica deste debate. No entanto, do ponto de vista metodológico, Malthus não traz nada de novo à demografia.

³ R. Pressat (1978), *Démographie sociale*, 2.ª ed. revista e aumentada, Paris, PUF, col. «Le sociologue», p. 9.

⁴ Estes boletins, relativos às paróquias da cidade de Londres, eram publicados semanalmente desde o século XVI. Segundo parece, tinham como principal finalidade prever a iminência de epidemias. Incluíam também, por vezes, dados sobre os nascimentos e, a partir de 1629, passaram a incluir informações sobre as causas dos óbitos.

⁵ In Guillaume e Poussou (1970, 245).

⁶ R. Pressat, *op. cit.*, p. 9.

A chamada *questão demográfica* tinha como tema central as consequências do crescimento demográfico. Já em 1615 Montchrestien escrevia que a maior das riquezas que qualquer país pode possuir é «a inesgotável abundância dos seus homens»⁷. Este postulado populacionista, que fundamentava, entre outras, a teoria dos fisiocratas, teve sempre ardentes defensores, principalmente em França.

A questão do crescimento demográfico aparecerá sempre, entre os antipopulacionistas — pelo menos até Notestein, fundador em 1945 da teoria da transição demográfica —, associada ao problema das subsistências e, por arrastamento, das desordens sociais e da miséria decorrentes do excesso de população. Entre os antipopulacionistas predominava uma visão pessimista. Ao contrário dos seus adversários, defendiam que a pobreza e a desordem social não eram devidas à má organização social⁸, mas antes ao desequilíbrio entre o crescimento dos homens e o crescimento das subsistências. O que implicava a necessidade imperiosa de restrições e de controle da reprodução humana.

O facto de esta polémica ter mobilizado, a partir de inícios do século XIX, a atenção não apenas de alguns autores, mas também da própria opinião pública, é consequência de um facto novo da maior importância e que, só por si, prenuncia o advento da modernidade: o crescimento das populações europeias. Após séculos de estagnação e de lento crescimento, assiste-se a um princípio de «explosão demográfica», devida, entre outras causas, ao recuo da mortalidade. Este facto novo vai ser interpretado, mais tarde, sob perspectivas diferentes.

Antes de Malthus, já Condorcet, David Hume, Adam Smith e Godwin, entre outros, tinham sublinhado os riscos potenciais de um crescimento excessivo das populações. Mas a tese de Malthus introduziu uma nova perspectiva. Segundo ele, o equilíbrio entre crescimento demográfico e recursos alimentares não depende nem do nível das subsistências nem do tipo de organização social, mas única e exclusivamente dos comportamentos individuais. Consequentemente, Malthus propunha aos indivíduos e aos casais o autocontrole, através da castidade e do casamento tardio. Acenava-lhes, em suma, com a obrigação de um imperativo moral categórico, a *moral restraint*.

O sucesso da teoria malthusiana deveu-se à eficácia, com imediatas repercussões *mediáticas*, de dois argumentos antipopulacionistas extremamente simples: o *princípio da população*⁹ e a afirmação de Malthus segundo a qual

⁷ Cit. por P. Guillaume e J.-P. Poussou (1970, 239).

⁸ Tese defendida principalmente por teóricos da *aritmética política*, em particular Godwin, contra quem Malthus escreveu o seu *Ensaio*. Tese que será desenvolvida no século XIX por outros autores, em especial por Marx.

⁹ «O poder de crescimento da população é infinitamente maior do que o poder da terra para produzir as subsistências do homem. A população, quando não é travada, aumenta segundo uma progressão geométrica. As subsistências [aumentam] apenas segundo uma progressão aritmética.» (*Ensaio sobre o Princípio da População*, 1.^a ed., trad. da versão francesa.)

o «grande banquete da Natureza» excluía os pobres sem recursos do direito à vida¹⁰. As reacções imediatas à brutalidade deste segundo argumento levou Malthus a retirá-lo das edições seguintes do *Ensaio*. Mas ele ficou para sempre associado às teses malthusianas e, embora de maneira não explícita, poderá ter inspirado a acção de alguns antipopulacionistas contemporâneos, como sejam alguns governos (o da China, por exemplo) e de algumas organizações actuando no chamado «Terceiro Mundo».

Quanto ao *princípio da população* — apresentado como fundamento científico da tese malthusiana —, ele foi recebido com cepticismo e foi objecto de justificadas críticas. No essencial, essas críticas contestavam a generalização abusiva feita por Malthus a partir do exemplo da população da América do Norte. Exemplo considerado excepcional quando confrontado com o que se conhecia das populações europeias.

O rol das críticas e dos críticos de Malthus é muito extenso e prolonga-se até aos nossos dias¹¹. Como exemplo, citemos apenas a contestação protagonizada por um dos seus contemporâneos e também nosso compatriota. Fernando Solano Constâncio, responsável pela primeira tradução europeia de Malthus, empenhou-se em demonstrar «a falsidade do sistema de M. Malthus», destruindo «inteiramente a quimérica progressão geométrica»¹². Contrapondo ao exemplo malthusiano da América do Norte o exemplo da Suécia, com base em dados estatísticos referentes à população sueca entre 1751 e 1805, que considera serem os «únicos dignos de fé»¹³, Constâncio rebate a ideia malthusiana segundo a qual as populações duplicam necessariamente de 25 em 25 anos. Ao mesmo tempo, contra o pessimismo de Malthus, argumenta com a sua convicção de que «os produtos anuais da agricultura, excepto em anos de excepcional escassez, excedem as precisões reais da totalidade dos habitantes» e que, se «há muita gente que vive escassamente ou em miséria, não é por falta de alimento no país, mas unicamente por falta de meios de ganhar com o que o compreem»¹⁴.

O *princípio da população* de Malthus não era inteiramente original. Os estudos comparativos de Davenant, realizados entre 1695 e 1699, acerca das populações da França e da Inglaterra tinham-lhe sugerido a lei de crescimento

¹⁰ «Um homem nascido num mundo já ocupado, se os seus pais não forem capazes de o alimentar e se a sociedade não tiver necessidade do seu trabalho, não tem qualquer direito a reclamar a mais pequena porção de alimento e, de facto, está a mais. No grande banquete da Natureza não há talher posto para ele.» (*Ibid.*)

¹¹ Cf., por exemplo, comunicações apresentadas ao congresso sobre Malthus realizado em Maio de 1980 (*Malthus hier et aujourd'hui. Congrès international de démographie*, 1984, Paris, Éditions du CNRS).

¹² In Maria Leonor Machado de Sousa (1979), *Solano Constâncio: Portugal e o Mundo nos Primeiros Décénios do Século XIX*, Lisboa, Arcádia, col. «Temas portugueses», p. 248.

¹³ *Op. cit.*, p. 236.

¹⁴ *Op. cit.*, pp. 253-254.

das populações segundo uma progressão geométrica e Mathieu Hales «avaliou em 25 anos o período de duplicação» (Guillaume e Poussou, 1970, 245). Na realidade, tratava-se apenas de hipóteses retomadas por Malthus. Sensível às críticas que tinham sido dirigidas à 1.^a edição do *Ensaio*, o seu autor procurou fundamentar de maneira mais rigorosa esas hipóteses nas quatro edições que, sucessivamente, foram publicadas até à sua morte, em 1834.

A fraqueza do princípio de Malthus não é da sua inteira responsabilidade. De facto, ela reflecte o estado do conhecimento dos fenómenos demográficos na sua época. Os instrumentos de medida eram ainda relativamente rudimentares e, apesar de todos os progressos verificados no domínio dos recenseamentos e de outras fontes demográficas, a dinâmica das populações europeias, a sua história, eram ainda mal conhecidas.

Como teoria prospectiva, a teoria malthusiana é, sem dúvida, uma teoria falhada. As razões desse falhanço são hoje relativamente claras. A sua componente demográfica assentava em dados de observação e em indicadores rudimentares. Faltava a Malthus também a perspectiva de longo prazo que integrasse passado, presente e futuro. O que movia Malthus, no fundo, era encontrar respostas apaziguadoras do sentimento de difusa insegurança de algumas classes sociais perante as novas classes *perigosas* e o fervilhar das mudanças sociais no início da revolução industrial. Mas faltava-lhe a percepção do enorme potencial de progressos materiais, tecnológicos e sociais dessas mudanças. A percepção das novas coordenadas da modernidade subjacentes a essas mudanças estava, assim, ausente do seu pensamento. Por isso, mais do que um profeta do futuro, Malthus acaba por ser «um bom profeta do passado»¹⁵, incapaz de se dar conta, por exemplo, de que a prática do casamento tardio — que propunha como uma das soluções para o controle do crescimento das populações — há muito estava enraizada nas populações do Ocidente europeu. Incapaz também de admitir a ideia de que a revolução industrial pudesse modificar radicalmente as condições materiais de existência das populações, multiplicando, em particular, a capacidade de produção alimentar.

Influenciado pelo seu espírito asceticamente militante de homem da Igreja, o economista Malthus não ousará franquear a fronteira entre tradição e modernidade. A sua *moral restraint*, que hoje nos faz sorrir, é disso a expressão. Mas, ao insistir na necessidade do controle individual da fecundidade, Malthus deixa aberta uma larga avenida, por onde investirão cada vez mais protagonistas de uma das primordiais expressões da modernidade, isto é, a grande e complexa *revolução demográfica*.

¹⁵ Emmanuel Le Roy Ladurie (1984), «Malthus hier et aujourd'hui», in *Malthus hier et aujourd'hui. Congrès international de démographie historique*, CNRS, Maio de 1980, Paris, Éditions du CNRS, p. 501.

3. TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E EVOLUCIONISMO

O primeiro esboço da teoria da transição demográfica¹⁶, formulado por Thompson em 1929¹⁷, coloca-se no centro da velha questão demográfica, isto é, a do equilíbrio entre crescimento demográfico e subsistências. Mas Thompson limitou-se a sistematizar três grandes grupos de população, consoante a respectiva dinâmica demográfica, estabelecendo o princípio segundo o qual esse dinamismo é condicionado pela disponibilidade de terras¹⁸. Em relação a Malthus, Thompson apresenta duas novidades: (1) o reconhecimento da existência de diferentes estados — e não estádios — de população e (2) a utilização, como critérios diferenciadores de três desses estados, das tendências da mortalidade e da natalidade. Mas em Thompson não existe ainda a ideia evolucionista de transição. Esta será apresentada pela primeira vez, em 1945, por Notestein, na sua teoria dos estádios de desenvolvimento das populações.

Apesar das múltiplas alegações — muitas vezes responsáveis pela difusão de uma versão demasiado simplista e esquemática — segundo as quais a TTD seria criação de vários autores, «a moderna teoria da transição demográfica nasceu de forma quase madura num texto escrito por Notestein em 1945» (J. C. Caldwell, 1976, 323)¹⁹.

Neste texto²⁰, a ideia de «transição demográfica» é afirmada explicitamente por Notestein quando, após ter enunciado os três padrões de crescimento demográfico, correspondentes a diferentes estádios de desenvolvimento demográfico — *high growth potential*, *transicional growth* e *incipient decline* —, define o segundo da seguinte maneira: «O estágio do crescimento transicional é aquele em que o declínio da fecundidade e da mortalidade está bem estabelecido, mas no qual o declínio da mortalidade precede o da fecundidade e produz um rápido crescimento.» (Notestein, 1945, 42.)

Para Notestein a transição demográfica constitui um processo de ruptura com o «antigo regime», isto é, o estágio de *high growth potential*. Ruptura através da qual o crescimento natural é duplamente controlado: controle da mortalidade, o qual origina uma fase de crescimento demográfico, e controle da fecundidade, o qual representa «uma forma avançada [...] através da qual o crescimento pode ser controlado sem recorrer à morte» (1945: 40). Este é um dos pontos em que a sua teoria se distancia claramente da formulação de Thompson, que, apenas preocupado com o problema da adequação entre o crescimento das populações e o aumento das subsistências, subestimou as potencialidades dos mecanismos de auto-regulação das populações.

¹⁶ Para simplificar, a teoria da transição demográfica será designada pela sigla TTD.

¹⁷ W. S. Thompson (1929), «Population», in *American Journal of Sociology*, 34, 959-975.

¹⁸ Acerca da teoria de Thompson, ver M. Leston Bandeira (1996: 22-25).

¹⁹ Sobre a questão da paternidade da teoria da transição demográfica, cf. também J.-C. Chesnais (1986, 5-9) e M. Leston Bandeira (1996, 19-22).

²⁰ F. W. Notestein (1945), «Population, the long view», in E. Schulz (ed.), *Food for the World*, University of Chicago Press, 36-56.

A sequência e a articulação dos três estádios de crescimento é apresentada por Notestein com alguma prudência. Referindo-se ao *high growth potencial*, considera que ele caracteriza mais de metade da população mundial, a qual ainda não iniciou o estágio de crescimento transicional. Mas reconhece que «as tendências passadas e as actuais taxas de crescimento dos membros deste grupo estão longe de ser homogêneas» (Notestein, 1945, 47). Mas é em relação às consequências do 3.º estágio (*incipient decline*) que se avolumam as dúvidas de Notestein. Embora prevendo que «o progressivo envelhecimento e o cada vez mais lento crescimento da população são claros» (1945, 45), escreve que «não é possível prever o actual curso das futuras mudanças da população» e acrescenta de maneira algo voluntarista que «a fecundidade tem de subir substancialmente para evitar o declínio» (1945, 42).

O paradigma do regime demográfico moderno, que Notestein atribui aos países industrializados, aparece, assim, na sua perspectiva, mais problemático do que afirma a versão esquemática da teoria. Segundo esta versão, amplamente divulgada, a transição demográfica conduz inevitavelmente a um regime estacionário, com baixas taxas de natalidade e de mortalidade.

4. LANDRY E A TEORIA DO REGIME DEMOGRÁFICO MODERNO

Paradoxalmente, a interpretação mais fecunda e fundamentada das práticas malthusianas de controle da fecundidade será formulada, desde os inícios do século xx, por um populacionista, o francês Adolphe Landry.

No confronto com o malthusianismo e a teoria da transição demográfica, Landry ocupa uma posição charneira. No entanto, essa posição não tem sido devidamente sublinhada mesmo por aqueles que, embora reconhecendo a grande importância da sua obra, insistem em considerar o seu contributo uma simples variante da teoria da transição demográfica²¹.

Na análise da teoria malthusiana, Landry adopta uma perspectiva muito crítica em relação aos seus fundamentos. Esta teoria, segundo ele, enferma de uma contradição básica. Embora mantendo os seus postulados anti-populacionistas, Malthus, na 1.ª edição do *Ensaio*, «aparece como um partidário resoluto» da teoria de Townsend. Já na 2.ª edição passa «completamente à teoria de Cantillon» (Landry, 1982, 176-177²²). Esta contradição seria, segundo Landry, devida ao facto de que, sendo a primeira redacção do *Ensaio* apenas um panfleto, quando Malthus se abalçou a fazer um estudo

²¹ Cf., por exemplo, Chesnais (1986, 8).

²² Foi utilizada a edição publicada em 1982, com apresentação de Alain Girard, pelo Institut National d'Études Démographiques, de Paris. Nesta edição foram reunidos os dois textos através dos quais Landry exprimiu a sua teoria: «Les trois théories principales de la population», artigo publicado em 1909 na revista *Scientia*, e *La révolution démographique. Études et essais sur les problèmes de population*, 1934, Paris.

mais fundamentado sobre a população, apoiando-se, para o efeito, nas observações que recolheu durante as suas viagens através da Europa, teve de constatar que aquelas «desmentiam a sua concepção primitiva» (1982, 178).

Em conclusão, Landry limita o papel de Malthus ao facto de, através da 1.^a edição do *Ensaio*, ter chamado a atenção do grande público para o problema da população.

Mas a crítica de Landry abrange os outros economistas clássicos. Contra todos apresenta dois argumentos decisivos: (1) reivindicando para a demografia, à semelhança de qualquer outra ciência, a necessidade do método indutivo, à luz do qual só a observação dos factos pode fundamentar a teoria; (2) afirmando o princípio do relativismo das teorias demográficas, segundo o qual, em demografia, nenhuma teoria pode ser considerada válida em geral e aplicável universalmente a todas as sociedades. Ao comparar as teorias de Townsend e de Cantillon, entende que, enquanto a primeira «não vale senão para as sociedades mais atrasadas, a de Cantillon tem uma aplicação mais extensa». Mas não se aplica «à sociedade francesa contemporânea» (1982, 179-180).

E foi este vazio que Landry quis preencher, propondo uma nova teoria, fundamentada na observação da queda da natalidade francesa, iniciada desde finais do século XVIII.

Ao formular a sua teoria do *regime demográfico moderno*²³ — que Landry afirma estar «apenas em vias de se constituir» e «que não pretenderá ser geral» —, o demógrafo francês está em vantagem sobre Malthus e todos os teóricos anteriores. De facto, Landry parte de uma realidade nova — a queda da fecundidade — que, em princípios do século XIX, era evidente não apenas em França, como em outros países europeus. A França foi o primeiro país a manifestar, desde o século XVIII, os sinais daquilo que mais tarde veio a ser designado por transição demográfica: a queda da mortalidade e da natalidade. No início do século XX, quando Landry escreveu «Les trois théories de la population», a população francesa constituía um «problema». Esse problema era o risco de despovoamento, manifestado pela ausência de crescimento natural, devido à baixíssima taxa de reprodução e consequente envelhecimen-

²³ Landry admite a existência de três regimes demográficos: o regime *primitivo*, o regime *intermediário* e o regime *contemporâneo* ou moderno. As mudanças de um regime para outro processam-se no interior de cada regime: no caso da passagem do regime *primitivo* ao regime *intermediário*, é «a preocupação pelas consequências económicas da reprodução [que] desvia um certo número de indivíduos do casamento ou os determina a atrasarem o seu casamento» (1982, 46). Do mesmo modo, o regime *contemporâneo* começou a emergir simultaneamente com a Revolução Francesa, em pleno regime *intermediário*, quando «se formou uma nova concepção da vida», cujo princípio fundamental é o da «racionalização da vida» (1982, 40). Landry rejeita a ideia de que para chegarem ao regime *moderno* as populações passem obrigatoriamente pelo regime *intermediário*. Na sua perspectiva, não há, pois, transição (para uma análise mais detalhada, v. M. Leston Bandeira, 1996, 66-70).

to. Era essa ameaça de despovoamento que preocupava Landry e justifica o seu populacionismo. Foi essa nova tendência, inexistente no passado e que alastrava a outras populações europeias, que o levou a procurar compreender «como se pôde operar tal mudança» (1982, 31).

A irreversibilidade desta tendência é para Landry facto assente e decorre de alterações estruturais de comportamentos em matéria de procriação. Tais alterações testemunham a emergência de um novo regime demográfico. Mas do seu pensamento — ao contrário de Malthus e dos teóricos da transição demográfica — estava ausente a ideia de que tais mudanças ocorreriam inevitavelmente noutras regiões do mundo. Tratava-se de uma revolução demográfica, circunscrita à emergência das sociedades europeias modernas.

A sua recusa em apresentar a sua teoria como uma teoria geral justificase pela constatação que faz de que os movimentos de população do passado nem sempre eram regulados e «que mesmo nos nossos dias eles não se regulam em toda a parte como os vemos regularem-se, por exemplo, na Europa ocidental» (1982, 183). Neste ponto essencial, Landry opõe-se categoricamente a Malthus e antecipa uma divergência fundamental em relação à teoria da transição demográfica, cujos teóricos procuravam formular um modelo demográfico único e universal.

A teoria de Landry critica, pois, antecipadamente os postulados essenciais da teoria da transição demográfica: a ideia de teoria universal, o modelo evolucionista e a instrumentalização prospectiva da teoria.

5. QUESTÕES E DEBATE EM TORNO DA TTD

Apesar do seu sucesso, a TTD foi objecto de inúmeras críticas. Essas críticas põem em causa: (1) o seu paradigma evolucionista; (2) o desajustamento dos parâmetros demográficos, definidos como fundamentos da teoria, em relação à diversidade das tendências verificadas nas populações europeias; (3) a omissão relativamente ao papel da nupcialidade e das migrações externas; (4) o primado das estruturas sócio-económicas enquanto causa da transição.

5.1. *A questão do paradigma*

Já em 1958 Coale e Hoover²⁴ tinham contestado que a teoria fosse aplicável às populações não europeias. Mas a ideia de que cada população exige a sua teoria, como vimos, tinha sido expressa muito antes por Landry. D. Tabutin actualizou essa ideia. Segundo ele, a TTD não preenche a falta de uma teoria da fecundidade largamente aceite, dado o seu carácter muito evolucionista, na

²⁴ A. J. Coale e E. Hoover (1958), *Population Growth and Economic Development in Low-Income Countries. A Case Study of India's Prospects*, Princeton, Princeton University Press.

linha «das teorias da modernização ou da convergência das sociedades industriais dos anos 50» (Tabutin, 1985, 358), que antevêem a similaridade dos processos de mudança de todas as sociedades. E acrescenta que não há «justificação teórica para se procurar uma explicação ‘universal’ da fecundidade» (Tabutin, 1985, 366). Por isso, não há que criar *uma* teoria, mas *várias* teorias sócio-demográficas que abordem a fecundidade numa perspectiva sócio-cultural e institucional, em alternativa à perspectiva macroeconómica da TTD.

O evolucionismo da TTD inspira-se nas teorias da modernização. A persistente influência dessas teorias talvez explique que alguns dos críticos da teoria não a tenham rejeitado enquanto paradigma universal. Perante a evolução demográfica dos países industrializados a seguir à Segunda Guerra Mundial — que desmente a previsão de um regime estacionário após a transição —, alguns autores avançaram com a ideia de uma segunda transição²⁵ e mesmo de uma terceira²⁶. Quanto a Caldwell (1977), que procedeu a um exame crítico da teoria, questiona a validade do paradigma europeu. Entende que é possível redefinir uma teoria geral da transição a partir da observação das «sociedades transitórias» africanas. Partindo do pressuposto de que estas sociedades inevitavelmente se «ocidentalizarão», elas constituirão então o melhor laboratório possível para estudar a transição. Assim, ao querer redefinir a TTD, em vez de recusar o seu carácter universal e evolucionista, fundamenta-o, propondo um novo ponto de partida do modelo, que passa, assim, a ter um *paradigma africano*.

5.2. A questão dos parâmetros demográficos

Dois demógrafos belgas, J. Boutte (1965) e D. Tabutin (1980), confrontando os parâmetros em que assenta a teoria de Notestein com alguns resultados obtidos pela demografia histórica, concluem que esses parâmetros não se ajustam à diversidade de tendências das populações europeias. Assim:

- 1) A situação não é homogénea na Europa quanto às datas em que terá começado a queda da fecundidade: nalguns países terá começado cedo, em meados do século XVIII, noutros só no final do século XIX;
- 2) O mesmo acontece com os níveis de partida e de chegada das taxas brutas de natalidade e de mortalidade, os quais variam de país para país. Não existe o que Boutte (1965, 698) designa por «uniformidade dimensio-

²⁵ Por exemplo, D. J. Van de Kaa (1987), «Europe's second demographic transition», in *Population Bulletin*, vol. 42, 1, 1-57; Léon Tabah (1989), «From one demographic transition to another», in *Population Bulletin of the United Nations*, 28, 1-24; R. L. Cliquet (1991), *La deuxième transition démographique: réalité ou fiction*, Conseil de l'Europe, col. «Études démographiques», n.º 23.

²⁶ Michel Loriaux (1995), «Les conséquences de la révolution démographique et du vieillissement sociétal: restructuration des âges et modification des rapports entre générations», in *Sociologie et sociétés*, vol. xxvii, 2, 1995, 9-26.

nal». Ora, diz Tabutin (1980, 36), «os ritmos de baixa e a duração do período de transição podem depender da situação de partida»;

- 3) Acerca do momento inicial da transição, permanecem questões sem resposta. Na época que precede o início do declínio da fecundidade, segundo Boutte (1965, 697), uma «subida da fecundidade parece ter marcado este período em vários países ocidentais (Inglaterra, Holanda) e ter sido responsável pelo crescimento demográfico do princípio da era industrial».

Boutte (1965, 699) refere também a questão da fecundidade na *época terminal*. «A apelação de *incipient decline* decididamente já não convém a este período em razão da renovação da fecundidade constatada desde o fim da Segunda Guerra Mundial.»

5.3. A questão da omissão do papel da nupcialidade e das migrações

Para Chesnais (1986,10) as verdadeiras «fraquezas» da teoria residem antes no facto de ser «muda [...] sobre o papel regulador desempenhado pelas migrações externas [...] e [...] muito discreta sobre o papel da nupcialidade e sobre os mecanismos de difusão das mudanças demográficas de país para país». Quanto à nupcialidade, «foi preciso esperar pelos trabalhos de J. Hajnal (1965) para ver a sua importância reconhecida e as pesquisas destes últimos anos, nomeadamente as da Universidade de Princeton, que confirmaram a importância deste fenómeno no estudo da transição» (Tabutin, 1985, 37). Tabutin esquece, no entanto, que, antes de Hajnal, já Landry tinha chamado a atenção para o papel regulador da nupcialidade no regime *intermediário*.

Ao querer definir um modelo *universal* de transição, Notestein quase era obrigado a ignorar a nupcialidade, dado que a grande variedade de sistemas de casamento praticados na população mundial dificilmente se acordava com a definição de modelos homogêneos. Mas o mais provável é que, numa época em que eram raros os estudos sobre a nupcialidade, Notestein não se tenha dado conta nem das disparidades entre os sistemas de casamento nem do seu verdadeiro papel na dinâmica demográfica. E comete mesmo o erro de afirmar que na Europa pré-transição as «doutrinas religiosas, códigos morais, leis e educação, costumes comunitários, *hábitos de casamento* e organizações familiares estão todos focalizados no sentido da manutenção de uma alta fecundidade» (Notestein, 1945, 39). Na verdade, como ficou demonstrado a partir de Hajnal (1965), na Europa existiam vários sistemas de casamento e Dupâquier (1972) mostrou que na Europa ocidental a nupcialidade tardia e controlada desempenhava o papel de mecanismo auto-regulador da população, moderando a fecundidade de acordo com as necessidades e disponibilidades demográficas e familiares.

Poderá talvez a afirmação de Notestein aplicar-se às sociedades asiáticas, por exemplo, onde vigorava o casamento precoce e universal, mas neste caso

cai por terra o seu objectivo, que era o de definir um modelo universal. Por não ter compreendido o papel da nupcialidade, Notestein cometeu outro erro ao afirmar que «nenhuma parte substancial do moderno crescimento populacional veio de uma subida da fecundidade» (Notestein, 1945, 39). De facto, a fecundidade aumentou, no início da transição, nalguns países europeus, desmentindo, assim, a tese de Notestein, segundo a qual o crescimento demográfico veio da queda da mortalidade.

A liberalização do casamento no início da época moderna nos países europeus não podia deixar de provocar, numa primeira fase, o aumento da fecundidade, provisoriamente desregulada. Esta fase foi, provavelmente, posterior ao início da queda da mortalidade, tal como mostrou Dupâquier (1972). Na fase seguinte, a da *revolução demográfica*, pelas razões apresentadas, em particular por Landry, o controle da fecundidade passa a ser feito, de modo cada vez mais eficaz e intencional, dentro da família. É então que a descida da fecundidade se torna irreversível na procura de um novo estado de equilíbrio demográfico, regulado agora não pela nupcialidade restrita, mas pela livre vontade dos indivíduos.

A. J. Coale²⁷ chamou a atenção para a influência da nupcialidade nos regimes muito diferenciados de fecundidade existentes em muitas sociedades antes da transição. Outro autor, Seccombe (1983), evidenciou o papel da nupcialidade na transição. O papel *pivot* na inauguração deste regime foi, segundo ele, desempenhado pela nupcialidade, com a descida da idade média do casamento (de dois a três anos) e o aumento da frequência do casamento.

No seu entender, a migração em massa para as novas regiões industriais, que no chamado período proto-industrial se tornaram «as principais regiões de atracção para os pobres e os desempregados das zonas rurais», não só contribuiu para desenhar um novo mapa demográfico do crescimento, como foi também em grande parte responsável pelas mudanças da nupcialidade, devidas aos novos comportamentos dos jovens migrantes, «fugindo do controle parental e das imposições das comunidades aldeãs» (Seccombe, 1983, 37).

Seccombe exprime aqui uma interpretação idêntica à que Dupâquier tinha apresentado em 1972 acerca da influência das mudanças da nupcialidade sobre o fim do antigo regime.

A TTD constituiu-se predominantemente como uma teoria da fecundidade, sendo para muitos autores indiferente falar de transição demográfica ou de transição da fecundidade, mesmo aqueles que, como Tabutin, censuram a TTD por esquecer as outras variáveis demográficas. Não admira, pois, que a generalidade das críticas à concepção *clássica*, segundo a qual a transição demográfica resulta do desenvolvimento económico, tenha incidido sobre a análise

²⁷ A. J. Coale (1974), «The demographic transition», in *The Population Debate: Dimensions and Perspectives, Papers of the World Population Conference, Bucharest 1974*, vol. 1, Bucureste.

dos factores determinantes da baixa da fecundidade. Ao constituir-se como teoria da fecundidade, a TTD, logicamente, contribuiu para a marginalização da nupcialidade e as migrações e subestimou a importância e o significado da descida da mortalidade.

5.4. Drásticas mudanças na cena social e económica versus primado dos factores económicos

Mas a principal crítica dirigida à teoria da transição demográfica tem incidido sobre a afirmação corrente segundo a qual a queda da mortalidade e da fecundidade seria uma resposta directa à industrialização e à urbanização. V. Piché e J. Poirier²⁸, por exemplo, interpretaram essa crítica como a expressão da oposição de uma visão culturalista a uma interpretação economicista, estrutural-funcionalista. No entanto, as coisas não são tão simples.

Quando procura explicar as causas da transição, Notestein é, mais uma vez, prudente. Começa por introduzir uma distinção entre as causas do declínio da mortalidade, verificado no início da transição, e as causas da baixa da fecundidade, que se desenvolveu posteriormente. As razões da dessincronização destes dois movimentos devem-se, segundo ele, ao facto de que, enquanto era, provavelmente, inevitável que a mortalidade respondesse de maneira mais rápida às «forças da modernização», a «redução da fecundidade requer uma mudança nas metas sociais» — que anteriormente eram dirigidas para a sobrevivência do grupo — «para as que são orientadas para o bem-estar e desenvolvimento do indivíduo.» Ora esta mudança «é, na melhor das hipóteses, um processo lento» (Notestein, 1945, 41).

Depois de sumariar o processo de recuo da mortalidade na Europa²⁹, Notestein analisa as causas da descida da fecundidade, que considera um processo mais complexo e demorado, o qual só se tornou irreversível após «drásticas mudanças na cena social e económica que radicalmente alteraram os motivos e objectivos das pessoas a respeito do tamanho da família». O centro dessas extensas mudanças foi, no entender de Notestein, o «crescente individualismo e [os] crescentes níveis das aspirações populares desenvolvidas no viver urbano», num contexto demográfico de explosão urbana (Notestein, 1945, 40).

Mas essas mudanças resultaram em primeiro lugar da transformação das antigas formas de organização familiar, baseadas num sistema de valores,

²⁸ V. Poirier e J. Poirier (1990), «Les théories de la transition démographique: vers une certaine convergence?», in *Sociologie et sociétés*, xxii, 1, 179-192.

²⁹ (1) «Uma era de paz e de ordem doméstica» durante o século xvii; (2) «uma série de inovações na agricultura que muito aumentaram o fornecimento alimentar»; (3) «inovações industriais [que] começaram a trazer espectaculares aumentos na produção»; (4) «os avanços sanitários e médicos [que] promoveram o controle sobre devastadoras doenças da infância e da vida dos jovens adultos» (Notestein, 1945, 38).

doutrinas religiosas, códigos morais e costumes cuja finalidade suprema era assegurar uma alta fecundidade necessária à perpetuação e sobrevivência do grupo familiar. Sob «o impacto da vida urbana» a família alargada tornou-se cada vez mais uma «empresa difícil e cara» e «o objectivo social de perpetuar a família cedeu progressivamente o lugar ao de promover a saúde, a educação e bem-estar material do indivíduo criança» (1945, 41).

Num texto posterior, Notestein (1953), abordando mais especificamente os países em desenvolvimento, acentuou a importância da sociedade industrial urbana e do desenvolvimento da tecnologia na descida da fecundidade. Mas continuou a insistir no papel das mudanças na família — onde as mulheres passaram a assumir um papel activo na educação dos filhos —, no aumento do individualismo e de um «ponto de vista racional e laico». O progresso da educação popular aparece também como contribuindo para «a consciência crescente do mundo e das técnicas modernas». Todos estes movimentos sociais incentivam as famílias e os indivíduos a adoptarem comportamentos racionais, restringindo a sua fecundidade.

Notestein, na realidade, está de acordo com Landry no que diz respeito à explicação das causas essenciais das mudanças de comportamento de fecundidade. Para Notestein a baixa da fecundidade resultou da adopção de uma nova atitude de controle racional dos nascimentos por parte das famílias a fim de «promover a saúde, a educação e o bem-estar material do indivíduo criança» (Notestein, 1953, 41). O que implica que no período pré-transicional imperava a submissão das famílias e dos indivíduos a um sistema de valores que visava a manutenção de uma alta fecundidade. Sistema de valores onde não cabia a afirmação de valores e aspirações puramente individuais. Na perspectiva de Notestein, a racionalidade característica das sociedades modernas só se desenvolveu a partir do momento em que, contra as razões do interesse colectivo, começou a tomar forma uma nova consciência dos interesses e aspirações individuais. Esta tese coincide com a tese de Landry, para quem a baixa fecundidade que caracteriza o *regime contemporâneo* decorreu de uma racionalização da vida por parte dos indivíduos e das famílias, a qual é motivada pela capilaridade social das sociedades modernas (ideia que foi buscar a Dumont). Racionalidade que visava assegurar uma elevação do respectivo nível de bem-estar e, em particular, a promoção futura dos filhos.

Ao distinguir as causas da descida da mortalidade das causas que provocaram a descida da fecundidade, Notestein quis significar claramente que a *modernização* industrial e urbana, só por si, não explica a transição demográfica. Estamos, pois, longe de uma visão puramente economicista ou funcionalista.

A versão esquemática da TTD é muito mais elementar do que esta tese e isso explica que durante muito tempo se tenha falado de economicismo e de estrutural-funcionalismo a propósito de Notestein. Analisando a teoria de

questão por ele levantada é a do tipo de racionalidade que induz o controle da fecundidade nas famílias e não a do pretenso primado do económico. Mas, ao contrário do que subentende J. C. Chesnais (1986), Notestein não só não estabelece qualquer dicotomia entre o económico e o cultural, como, por outro lado, afirma que as «forças da modernização» são travadas pelas «forças da tradição» e que, nessa «luta», os factores demográficos, isto é, a descida da mortalidade e o crescimento demográfico, têm um papel decisivo em prol da *libertação* das forças sociais da racionalidade.

O debate acerca das causas da transição demográfica, e sobretudo sobre as causas da descida da fecundidade, entre os autores de língua inglesa, a partir dos anos 50, incidiu particularmente sobre as populações não europeias. Coale e Hoover³⁰ deram a este debate um contributo importante, aprofundando os postulados de Notestein. Tal como este, Coale e Hoover consideram que a relação entre crescimento económico e baixa da fecundidade não é automática, podendo existir situações em que, apesar da urbanização e até do desenvolvimento económico, se mantenha uma alta fecundidade e, por conseguinte, um elevado crescimento demográfico. Nestas condições, o crescimento demográfico pode constituir um obstáculo ao desenvolvimento económico e à *modernização*. Esta ideia, de certo modo já esboçada por Notestein, quando afirmou que, nos países não europeus, a redução da fecundidade só será possível quando ocorrerem «mudanças na cena social» idênticas às que ocorreram na Europa, foi retomada por alguns demógrafos americanos, entre os quais N. Birdsall³¹.

Mais recentemente, alguns autores debruçaram-se sobre o contexto cultural em que ocorreu em alguns países a baixa da fecundidade. Lesthaeghe e Wilson³², embora admitam que a baixa da fecundidade possa ser determinada por factores económicos, afirmam que o ritmo dessa baixa tenderá a ser condicionado, em última instância, pela religião dominante e pelo sistema político. Leasure³³ acrescentou a estes factores a educação.

Na análise de alguns críticos da TTD, a família é representada como o centro nevrálgico do processo de transição. É o caso do inglês Wally Seccombe e do australiano Caldwell. Mas, enquanto Seccombe analisou esse processo no contexto da *proletarização* das populações na era da *primeira* revolução

³⁰ Cf. *op. cit.*

³¹ Nancy Birdsall (1977), «Analytical approaches to the relationship of population growth», in *Population and Development Review*, Março-Junho, 1, 63-86.

³² Ron Lesthaeghe e Chris Wilson (1982), «Les modes de production, la laicisation et le rythme de baisse de la fécondité en Europe de l'Ouest de 1870 à 1930», in *Population*, 3, 623-646.

³³ J. W. Leasure (1982), «La baisse de la fécondité aux États Unis de 1800 à 1860», in *Population*, 3, 607-622.

industrial europeia, o objecto da reflexão de Caldwell é a sociedade africana dos anos 70.

Wally Seccombe (1983) exprime uma posição duplamente crítica: crítica ao marxismo *ortodoxo* e crítica à teoria da *modernização* e da *transição demográfica*.

No entender deste autor, o erro *economicista* do marxismo deve-se a um «erróneo estreitamento do campo sócio-económico», em que «o campo da produção é reduzido à produção de bens materiais», excluindo a «produção da espécie e da sua força de trabalho». Em resultado desta exclusão, o marxismo atribuiu «a organização social da procriação, cuidados infantis e socialização doméstica ao domínio da Natureza» (Seccombe, 1983, 28-29).

O interesse principal da teoria de Seccombe reside no facto de ter evidenciado a importância do crescimento demográfico como condição prévia da industrialização e da urbanização, invertendo assim o postulado em que assenta a versão *vulgar* da TTD.

As suas hipóteses apresentam alguma consistência e devem ser tidas em conta. Mostram, pelo menos, que o período inicial da revolução demográfica é bem mais complexo e decisivo do que tem sido apresentado pelos teóricos da transição.

Não é aceitável afirmar-se categoricamente, como Notestein, por exemplo, que o crescimento demográfico se deveu à descida da mortalidade. De facto, as mesmas causas que agiram sobre a mortalidade agiram necessariamente também sobre a fecundidade, a nupcialidade e as migrações. Existe uma interacção entre todos os fenómenos demográficos, que, como mostrou Dupâquier (1972), faz com que, por exemplo, as variações da mortalidade no antigo regime provocassem variações da nupcialidade, que, por sua vez, agiam sobre a fecundidade e sobre o crescimento demográfico, provocando alterações em cadeia de todas as variáveis demográficas.

Também J. C. Caldwell (1977) procurou aprofundar as causas do declínio da fecundidade no contexto da passagem do modo de produção doméstica familiar para o modo de produção capitalista. De acordo com a dicotomia definida por Piché e Poirier³⁴, a sua tese poderia ser qualificada simultaneamente como *funcionalista* e como *culturalista*. Por um lado, considera que as mudanças de comportamento das famílias em matéria de fecundidade têm a ver com a inversão dos «fluxos de riqueza» familiares, sendo determinante para o controle de nascimentos que esses fluxos passem a circular dos pais para os filhos. Isto é, este controle só começa a ser praticado quando os filhos, em vez de produzirem riqueza para os pais, no interior da família, passam eles próprios a ser objecto de investimento por parte dos pais. Num outro texto (Caldwell, 1980) considera que o movimento de baixa fecundida-

de recebeu o ímpeto decisivo da extensão da escolaridade obrigatória e concomitante proibição do trabalho infantil, que considera as mudanças institucionais mais importantes.

A transição demográfica é representada por Caldwell como um processo de passagem entre dois tipos de racionalidade — a tradicional e a moderna —, cujo motor é a nuclearização da família, e não a modernização económica. Por isso, entende que «a questão fundamental na transição demográfica é a direcção e a magnitude dos fluxos de riqueza intergeracional» (1976, 344). Concebe a transição demográfica como uma *revolução social* que «pela sua natureza não precisa de acompanhar a modernização económica» (1976, 322). Defende que «o declínio da fecundidade no Terceiro Mundo não depende da expansão da industrialização, ou mesmo da taxa de crescimento económico», mesmo quando é afectado pelo desenvolvimento económico, «na medida em que a modernização produz mais dinheiro para escolas, para jornais, etc.» (1976, 358).

Para Caldwell, «a mudança da fecundidade pode bem representar um ajustamento da mudança das circunstâncias sociais, psicológicas ou fisiológicas» (1976, 355). O modelo social dessa mudança é a nuclearização *emocional* da família ocorrida na Europa e *exportada* para os outros continentes.

6. MODERNIDADE E REVOLUÇÃO DAS MENTALIDADES

Coube a um historiador, Philippe Ariès, apresentar a alternativa mais consistente e original à TTD. Num dos seus primeiros trabalhos, concluído em 1946, mas publicado apenas em 1948³⁵, Ariès, fundamentando-se na análise dos movimentos da população francesa a partir do século XVIII, caracterizou o advento da sociedade moderna, «no decurso dos dois últimos séculos», como o resultado de uma dupla revolução — a revolução da vida e da morte —, na origem da qual estava «a mudança da atitude tradicional diante da vida» (Ariès, 1979, 399).

Ariès não contesta a importância dos progressos materiais devidos à revolução industrial, mas entende que o início do recuo da mortalidade nas sociedades europeias foi possível porque se tinha gerado uma procura social de gosto pela vida, resultante de uma mudança revolucionária de atitude face à vida e face à morte, a qual, entre outros efeitos, incentivou o desenvolvimento da medicina. Logicamente, foi «o gosto de viver entre os velhos [que] precedeu os progressos da medicina» (1979, 378).

Quanto a esta questão, Ariès concentra o essencial da sua interpretação sobre as causas do aumento da longevidade entre os mais velhos. Até ao

³⁵ *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie*. As citações referem-se à 2.ª edição (1979).

século XVIII, os velhos viviam na sociedade tradicional numa «zona neutra entre a morte social e a morte fisiológica» (1979, 380). Este estado de proscricção social, sendo tacitamente aceite pelos «interessados», reflectia a submissão secular dos indivíduos a uma ordem das coisas imutável e intangível que nenhuma força humana podia alterar. A recusa da morte social por parte dos velhos foi, segundo Ariès, o primeiro passo para subverter essa submissão: «Pouco importa que o tenham conseguido; o essencial é que o problema tenha sido posto e que a necessidade tenha nascido» (1979, 380). Porque, vencida a inércia da aceitação da proscricção da velhice, a sociedade deu em seguida um passo mais ousado: «a ideia revolucionária extraordinária de [...] fazer recuar a morte» (1979, 381).

A revolução da morte, isto é, a afirmação da ideia de que técnicas de vida podiam ser utilizadas para diferir o momento da morte fisiológica, é inseparável da revolução da vida, através da qual se afirmou a legitimidade do controle da procriação, já não através do adiamento do casamento ou do celibato definitivo, mas através de técnicas adequadas. Ambas resultam da descoberta de que o corpo humano é «um utensílio reparável, ponto de aplicação das ciências da Natureza ao mesmo título que o animal ou o vegetal», e que as práticas que visam lutar contra a morte não constituem um sacrilégio (1979, 397).

A queda da natalidade a partir do século XVIII, como consequência durável da adopção de práticas e técnicas contraceptivas, é por Ariès questionada em termos idênticos aos que coloca em relação ao recuo da mortalidade: será esta queda devida «ao aparecimento de uma mentalidade nova [ou, pelo contrário, ao] progresso no estado dos conhecimentos médicos e na eficácia técnica» (1979, 345)?

Passando em revista diversas fontes que dão testemunho do conhecimento nas antigas sociedades de inúmeros processos de contracepção, Ariès conclui que nessas sociedades o «desejo de prevenir a concepção» se manifestava apenas pela regulação do casamento, através do casamento tardio. Não havendo ainda «a ideia de que se pode modificar no próprio corpo as leis da Natureza» (1979, 355), as técnicas contraceptivas conhecidas eram utilizadas em «meios muito limitados e não se pode deduzir daí nenhuma conclusão de ordem geral» (1979, 347).

A passagem de um regime de fecundidade «livre» para um regime de fecundidade controlada por práticas específicas constitui, assim, para Ariès uma «certa estrutura mental» caracterizada pelo «aparecimento no seio da consciência de uma ideia dantes indistinta e agora clara e precisa: a ideia do corpo como objecto de conhecimento positivo e de intervenção racional» (1979, 372). A afirmação desta nova «estrutura mental» não decorre, nem dos progressos médicos, nem da «descristianização dos costumes», nem da «transformação dos modos de apropriação dos instrumentos de produção»,

mas da modificação de um outro «estado de consciência: a ideia que se faz da família e da criança na família» (1979, 343).

Contestando a visão conservadora, patrocinada por Le Play, segundo a qual a difusão das práticas malthusianas resultou da decadência da instituição familiar, Ariès explica que «não houve decadência da família, mas apenas mudança de estrutura, passagem de um tipo antigo fundado sobre o património e a autoridade a um tipo moderno, centrado sobre a criança» (1979, 400).

O terreno fértil da «revolução da vida» é, pois, para Ariès o lento emergir das novas ideias acerca da criança e da família. O processo de emergência da família «moderna», sem a qual não teria havido a «grande revolução demográfica do século XIX, foi minuciosamente analisado por Ariès em trabalho posterior, publicado em 1960³⁶.

Do ponto de vista da análise da questão da modernidade demográfica, pode-se dizer que a teoria de Ariès propõe uma dupla alternativa. Baseando-se, tal como os autores da TTD, na análise dos movimentos de população, chega, no entanto, a conclusões opostas. Enquanto Notestein associa a queda da mortalidade e da fecundidade às fases da modernização da sociedade industrial, para Ariès «as variações da mortalidade e da natalidade marcam no concreto os instantes de uma mesma evolução. A sua diminuição coincide com a passagem de um sentido irracional do corpo humano para uma consciência racional e objectiva da natureza [...] um estado de civilização característico do mundo moderno» (1979, 397).

Alternativa também ao funcionalismo parsoniano, com o qual converge a TTD: enquanto para Parsons a família moderna nasceu dos constrangimentos da sociedade industrial que originaram a compressão da família extensa tradicional, nuclearizando-a e redefinindo as suas funções, para Ariès a formação da família moderna resultou em primeiro lugar de uma opção estratégica da burguesia a favor da afirmação da sua própria identidade social, alicerçada na autonomia privada e no intimismo do grupo familiar conjugal.

7. REGULAÇÃO E DESREGULAÇÃO DA NUPCIALIDADE

Tal como as teorias de Philippe Ariès, também a tese de Dupâquier (1972) acerca do papel auto-regulador da nupcialidade — exposta num artigo em que analisa a questão da auto-regulação demográfica nas populações tradicionais — não tem sido referida no debate sobre a transição demográfica.

Para Dupâquier, «a mortalidade não é o factor decisivo» (1972, 196) da regulação das populações tradicionais. Recorrendo a exemplos relativos à população francesa dos séculos XVII e XVIII, contesta o papel atribuído à mortalidade na manutenção do estado estacionário por alguns autores, em particular J. Meuvret, P. Chaunu e Le Roy Ladurie.

³⁶ *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*, ed. de 1973, Paris, Seuil.

Do mesmo modo, exclui a fecundidade enquanto variável reguladora, pois, segundo ele, era inexistente o controle da fecundidade dentro do casamento, sendo que «em nenhuma parte, salvo no meio restrito dos duques e pares, foi possível encontrar traços de restrição voluntária, no século XVII, no quadro da família legítima» (1972, 195). E conclui: «Nenhuma das monografias de aldeias fundadas sobre a reconstituição das famílias torna credível a hipótese de um aumento da fecundidade após as crises. A explicação deve ser procurada noutro sítio: do lado da nupcialidade» (1972, 199).

O crescimento demográfico do antigo regime era controlado por um sistema homeostático de auto-regulação assente no controle da nupcialidade. A seguir às épocas de crise acentuava-se o dinamismo demográfico, possível graças ao lançamento na *frente matrimonial* de um exército de reserva em cuja primeira linha estavam os *solteirões* e na linha imediata os celibatários mais jovens. «Se fosse necessário, estas populações, baixando a 15 ou 16 anos a idade média do primeiro casamento e reduzindo a quase nada o celibato definitivo, teriam podido duplicar a sua fecundidade» (1972, 202). Era a função aceleradora, de recuperação, da nupcialidade.

Mas em tempo normal o papel da nupcialidade consistia em travar o crescimento excessivo. Ora, a partir do século XVIII, em França, e do século XIX, em quase toda a Europa ocidental, o sistema de casamento foi entrando progressivamente em colapso face à dinâmica demográfica desenvolvida durante *períodos de aceleração* relativamente longos. Dada a intensidade dessa dinâmica, «se uma séria crise de mortalidade não vem reforçar os seus efeitos, o sistema auto-regulador revela-se tão medíocre travão quanto tinha sido eficaz acelerador» (1972, 207).

As causas do aumento do crescimento demográfico, verificado no final do antigo regime, são, segundo Dupâquier, a explosão da natalidade devida à «chegada na frente matrimonial das jovens gerações pletóricas» (1972, 207) e a diminuição da frequência das crises de mortalidade.

Antes de J. Dupâquier, John Hajnal chamou a atenção, num artigo dourante clássico³⁷, para a importância dos padrões de casamento no estudo da «emergência da Europa moderna» (1965, 132).

As suas pesquisas centraram-se no estudo das práticas de casamentos europeias na época do chamado antigo regime. Comparando a idade média do casamento e as taxas de celibato das populações do Ocidente e do Leste europeus em 1900 e também da Ásia e da África durante a primeira metade do século XX, Hajnal concluiu que nas sociedades da Europa ocidental predominava, pelo menos desde o século XVII, um padrão de casamento cujas

³⁷ «European marriage patterns in perspective», in D. V. Glass e D. E. C. Eversley (eds.), *Population in History Essays in Historical Demography*, 1965, Londres, Edward Arnold, 101-143.

variáveis — o casamento tardio e a elevada proporção de celibatários — lhe conferiam um carácter único³⁸, que o distinguia dos padrões dominantes no Leste europeu e em populações não europeias. Nessas populações o casamento seria precoce ou mesmo pubertário e a proporção de celibatários quase nula. Designou aquele modelo por padrão «europeu».

Landry tinha explicado o papel da restrição da nupcialidade enquanto mecanismo regulador do *regime intermediário* como resultante «da tendência dos homens para manterem, para si e para os seus, o género de vida a que estavam acostumados» (1982, 48). Dupâquier (1972) não parece subscrever este voluntarismo, considerando que foi a eficácia de mecanismos sociais altamente constrangedores que foi responsável pelas restrições da nupcialidade. Estes mecanismos assentavam na moral cristã e visavam salvaguardar equilíbrios sócio-demográficos num contexto de estagnação económica.

J. Dupâquier (1972) insiste sobre o carácter «repressivo» do sistema de casamento tardio: «Mais do que de casamento tardio, seria melhor falar de celibato temporário imposto, com tudo o que isto podia implicar numa sociedade muito mais constrangedora do que a nossa» (Dupâquier, 1972, 201). Foram as «leis da moral cristã» (1972, 202) que enquadraram o vasto esforço de contenção que exigia o «purgatório matrimonial» (1972, 201) dos jovens do passado. A prova da eficácia deste enquadramento encontra-a Dupâquier no facto de «os arquivos [revelarem] tão poucos casos de maus costumes, tão poucas concepções ilegítimas» (1972, 201). Era este mecanismo ascético que regulava o equilíbrio instável de um sistema social de produção, eminentemente rural, em que o acesso à exploração e à propriedade da terra era rigorosa e extensivamente limitado: enquanto «a maior parte das terras estavam nas mãos da nobreza [...] a imensa maioria dos camponeses eram proprietários, mas tratava-se de propriedades minúsculas [...] De qualquer maneira, não havia terrenos disponíveis nas aldeias» para a construção de novas casas (1972, 204).

O sistema de casamento tardio era, indiscutivelmente, um sistema repressivo dentro de uma sociedade repressiva. Saber se os efeitos dessa repressão

³⁸ A extrapolação feita por Hajnal a partir de indicadores relativos a 1900 não era isenta de riscos, na medida em que em 1965 a nupcialidade europeia de «antigo regime» era ainda mal conhecida. Por outro lado, havia indicações contraditórias sobre essa nupcialidade. Duplessis-Le-Guelinel (1954) defendia que em França, no antigo regime, havia «muito mais celibatários do que hoje», mas esta tese viria a ser refutada, com base nos resultados de várias monografias de demografia histórica, em 1969 por Lachiver, para quem «a crença no celibato frequente sob o antigo regime, em particular entre as mulheres, deve ser posta no lugar das lendas». L. Roussel (*Le mariage dans la société française*, Paris, PUF/INED, col. «Travaux et documents», 1975, 7), que cita estes autores, faz um inventário das várias categorias sociais mais «afectadas» pelo celibato e constata que «nas grandes cidades uma percentagem importante dos operários fica solteiro» e conclui que, «se a tese de Duplessis «não pode manifestamente aplicar-se ao meio rural, não dispomos de dados suficientes para dizermos que ela é falsa para a população urbana» (1975, 19). A confirmar-se a hipótese subjacente à dúvida de Roussel, ela poria em causa a tese de Hajnal, segundo a qual o padrão «europeu» era de origem rural.

sobre a sexualidade dos jovens e dos celibatários em geral eram ou não sublimados por eles continua a ser uma questão sem resposta conclusiva. O que importa, no entanto, sublinhar é que, dentro dessa sociedade, eles não tinham escolha. J.-L. Flandrin³⁹, por exemplo, mostrou que essa sublimação passava por práticas sexuais que não implicavam o coito e não excluiu também que fossem usuais entre os celibatários relações sexuais com prostitutas ou com mulheres casadas. J. Rossiaud⁴⁰ (1983), por outro lado, constatou que, no século XV, a violência sexual de grupos de rapazes organizados contra raparigas e mulheres tinha «uma dimensão normal permanente da vida urbana». Resta saber se essa tradição de violência terá sido ou não superada, sobretudo nas classes populares, pela *racionalidade ascética* moderna.

Independentemente de se saber se os comportamentos ascéticos eram ou não universais ou se, pelo contrário, eram apenas protagonizados pelas classes burguesas, importa sublinhar o que havia de moderno nesses comportamentos.

Segundo Burguière (1972, 1135), a introdução da prática sistemática de restrições no acesso ao casamento decorre, em grande parte, da disseminação social de outro tipo de ascetismo — o ascetismo «moderno» —, que, na esteira de Weber, associa ao «espírito de empresa». No entanto, o fundamento desta hipótese parece frágil, na medida em que a teoria weberiana dificilmente pode ser generalizada para além dos países de cultura protestante do Noroeste europeu. De facto, enquanto o ascetismo católico tradicional — característico dos países latinos, por exemplo — era contemplativo e conservador, o espírito puritano dos protestantes, tal como foi caracterizado por Weber, era activo, exaltava o trabalho profissional racional e rejeitava as «inibições da ética tradicionalista [que] entravavam a sede de lucro»⁴¹.

A passagem do sistema de casamento tardio a um sistema mais liberal tem sido diversamente interpretada. Para Edward Shorter (1975, 98), essa passagem foi o resultado de uma «revolta» dos jovens «no fim do século XVIII. Os jovens começaram a prestar mais atenção aos seus próprios sentimentos do que a considerações exteriores — propriedade, desejo dos pais — na escolha do parceiro». Shorter privilegia, pois, a mudança de atitudes dos jovens, que, no seu entender, é comprovada pelo aumento da fecundidade ilegítima no século XVIII e seria protagonizada pelas classes populares. Na sua opinião, «o facto principal da história do namoro e do noivado ao longo dos dois últimos séculos foi o enorme aumento da actividade sexual antes do casamento» (1975, 99).

³⁹ J.-L. Flandrin (1981), *Le sexe et l'Occident. Évolution des attitudes et des comportements*, Paris, Seuil, col. «Points-histoire».

⁴⁰ J. Rossiaud (1983), «Prostituição, sexualidade, sociedade, nas cidades francesas do século XV», Lisboa, *Sexualidades Ocidentais*, 185-207.

⁴¹ Max Weber (1983), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, trad. de António Firmino da Costa, Lisboa, Editorial Presença, p. 130 (ed. orig.: «Die Protestantische Ethik», in *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, vols. XX e XXI, 1905).

Esta revolução sexual terá sido responsável pelo fim das restrições ao casamento, ao mesmo tempo que enfraquecia os laços familiares baseados na linhagem.

Mas Shorter reconhece que o «capitalismo esteve, provavelmente, na raiz» desta revolução (1975, 311) e aponta várias razões: o individualismo exigido pela lógica da economia de mercado, a súbita do nível de vida e a alteração dos modos de vida tradicionais, tudo isto associado à entrada das jovens gerações no mercado de trabalho industrial. E Shorter conclui que «entre os jovens europeus do fim do século XVIII o desejo de serem sexualmente e afectivamente livres vinha do mercado capitalista» (1975, 316). As novas práticas matrimoniais não assentavam, pois, numa lógica patrimonial, a qual decretava rigorosas restrições no acesso ao casamento, mas antes na autonomia inerente à condição de assalariado. Foi esta independência que levou à perda do poder parental nas estratégias matrimoniais dos jovens e, portanto, à liberalização do casamento.

Também Dupâquier (1972) sublinha a importância dos factores económicos neste processo. Segundo ele, durante a segunda metade do século XVIII aumentam as dificuldades para os jovens fundarem uma família. Estas dificuldades incitam muitos jovens a emigrarem para o novo mercado de trabalho industrial. Mas acrescenta uma outra explicação. Na primeira metade do século XIX, a Revolução Francesa, «ao abalar as estruturas agrárias e a moral tradicional, contribui para deteriorar o mecanismo auto-regulador», isto é, o casamento tardio (Dupâquier, 1972, 208). Na segunda metade desse século, em virtude do recuo da mortalidade, «as jovens gerações camponesas perdem qualquer esperança de se estabelecerem numa idade razoável; apenas podem escolher entre o celibato definitivo ou o êxodo mais ou menos longínquo» (1972, 208). O êxodo rural, isto é, os intensos movimentos migratórios nesta época — reacção, sobretudo das populações adultas mais jovens e desprovidas de bens patrimoniais, ao desmoronar da sociedade ascética rural —, terá sido o instrumento demográfico da liberalização do acesso ao casamento.

8. «PÓS-MODERNIDADE» E MUTAÇÕES DEMOGRÁFICAS E FAMILIARES

O facto mais importante na história recente das práticas matrimoniais é a difusão do divórcio. O aumento significativo do divórcio levou muitos sociólogos a tentarem explicá-lo por diversas causas exógenas. A principal dessas causas seria o aumento da actividade profissional das mulheres. Louis Roussel (1980) adoptou uma perspectiva diferente. No seu entender, o aumento da prática do divórcio decorre de causas endógenas, isto é, inerentes às representações do matrimónio que regulam as práticas de conjugalidade, numa palavra, aos modelos matrimoniais. Esta hipótese levou-o a propor uma definição de quatro modelos matrimoniais, representando cada um desses modelos de maneira diferente o divórcio.

Os critérios subjacentes à formulação desses modelos têm a ver com a natureza da relação entre os cônjuges, o tipo de contrato que os une e a sua finalidade principal. O *casamento-aliança*, que também designa por romântico, o *casamento-fusão* e o *casamento-associação* decorrem da livre escolha dos cônjuges. Nesse sentido são, portanto, a expressão de uma característica essencial do casamento moderno. Enquanto o casamento tradicional — *casamento-instituição* — resultava da negociação entre famílias e só acessoriamente contemplava a escolha dos futuros cônjuges, a escolha do cônjuge no casamento moderno é, em princípio, livre e motivada pelo sentimento amoroso. No *casamento-aliança* e no *casamento-fusão* de Roussel é o amor que une os cônjuges. Mas, enquanto no primeiro, quando acaba o amor, resta o dever conjugal, no *casamento-fusão* a ligação amorosa é determinante para a sobrevivência do casal enquanto tal.

Esta intromissão do amor no casamento constituiu uma ruptura cheia de consequências nos sistemas matrimoniais. Denis de Rougemont⁴² considera que «o amor romântico é, pela sua própria natureza, incompatível com o matrimónio, ainda que um tenha conduzido ao outro», e que «o resultado lógico e normal do matrimónio baseado somente no amor romântico é o divórcio». Roussel (1980) parece aceitar esta conclusão de Rougemont. Para ele também a conclusão lógica da fusão amorosa é o divórcio.

O outro facto importante na história recente das práticas matrimoniais é a difusão, sobretudo entre os jovens, das uniões informais. Esta prática tem recebido diversas designações. A designação tradicional mais usual é a de concubinato. Mas o moderno «concubinato» tem características que o distinguem das práticas tradicionais. Houve, por isso, que encontrar outra designação e alguns autores hesitam entre «coabitação juvenil» (Roussel⁴³), «casamento informal» (Singly⁴⁴), «casamento extraconjugal» (Béjin⁴⁵).

As causas do aumento deste tipo de união são complexas. Na verdade, a multiplicação das relações de tipo conjugal informal reflecte a influência de muitas mudanças sociais, culturais e psicológicas produzidas nas sociedades europeias ocidentais a partir dos anos 60. Edward Shorter (1975) designou o conjunto dessas mudanças por «segunda revolução sexual». Enquanto a primeira revolução sexual exprimia «o principado da afeição na escolha do parceiro», a segunda revolução sexual consagrou «a rejeição definitiva pelo

⁴² D. de Rougemont (1971), «A crise do casal moderno», in Ruth Nanda Anshen (ed.), *A Família. Sua Função e Destino*, Lisboa, Meridiano, 479-492 (ed. orig.: *The Family: its Function and Destiny*, 1970, Londres, Harper & Row).

⁴³ L. Roussel (1978), «La cohabitation juvénile», in *Population*, 2, 339-359.

⁴⁴ F. de Singly (1981), «Le mariage informel. Sur la cohabitation», in *Recherches sociologiques*, vol. XII, 1, 61-89.

⁴⁵ A. Béjin, «O casamento extraconjugal de hoje», in *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, pp. 174-184.

casal de qualquer pressão do meio social, família, comunidade ou grupo de jovens» (Shorter, 1975, 200). A sobrevalorização dos aspectos sexuais nas relações entre os sexos levou a uma extensão da liberdade feminina. Enquanto na primeira revolução as mulheres aceitavam ter relações sexuais fora do casamento, mas apenas com o futuro marido, a partir dos anos 60, na medida em que cada relação amorosa passa sobretudo por uma relação física, as mulheres têm relações sexuais independentemente de essa relação conduzir ao casamento. É «a passagem de uma atitude [de] ‘um único parceiro sexual para sempre’ à ‘monogamia em série’» (Shorter, 1975, 200).

A erotização da vida sentimental de homens e mulheres não é o único factor que tem sido evocado como causa das coabitações informais. Singly⁴⁶, valorizando embora a importância da descoberta do corpo e da vida afectiva, insiste principalmente no «humor anti-institucional dos adolescentes contemporâneos», que tem por alvo não apenas a família, mas também a escola e a desvalorização dos diplomas escolares, que dificultam a sua inserção no mundo do trabalho. O desencantamento produzido por esta desvalorização «leva os jovens a prolongarem mais ainda a sua escolaridade, esperando, assim, conseguir satisfazer os seus níveis de aspiração, e obriga estes jovens a prolongarem o período que precede o acesso a «uma verdadeira profissão» (Singly⁴⁷). O casamento tende, assim, a ser adiado, na perspectiva destes jovens, não só por causa das dificuldades de estabelecimento familiar, como também porque a instituição do casamento provoca neles «uma atitude de distância e uma atitude de indecisão»⁴⁸.

Sob o efeito das *mutações demográficas* (Roussel, 1987) dos últimos vinte e cinco anos — queda da fecundidade, aumento da divorcialidade e das uniões informais —, a morfologia das estruturas familiares foi profundamente alterada: cresceu a proporção de famílias constituídas por uma pessoa isolada, diminuiu o peso da família conjugal com filhos e ganhou visibilidade social um tipo de agrupamento familiar que, embora já existente no passado, tinha tido sempre uma expressão marginal: as famílias constituídas por pai ou mãe com filhos. A este tipo familiar convencionou chamar-se, a partir dos anos 70, *família monoparental* e a sua emergência, enquanto nova expressão morfológica da família, resulta principalmente da extensão da prática do divórcio.

Mas não é apenas através do aumento da proporção das famílias monoparentais que se revelam os efeitos do incremento da divorcialidade. Se o divórcio produz efeitos de *privação* familiar — o que explica a imagem, ainda relativamente dominante, que representa as famílias monoparentais

⁴⁶ *Op. cit.*, p. 84.

⁴⁷ *Op. cit.*, p. 85.

⁴⁸ *Op. cit.*, p. 85.

como *famílias-problema*, fonte de patologia social —, também funciona como factor de revitalização do mercado matrimonial e, por conseguinte, de recomposição familiar. Daí o aparecimento de uma nova categoria do mundo familiar, as *famílias recompostas*, que só muito recentemente começaram a ser objecto da atenção de demógrafos e sociólogos.

Mas estas *mutações* têm sido interpretadas segundo perspectivas diferentes. Alguns autores, na melhor tradição leplaysiana, falam de «crise mortal» da família.

André Damien — que analisa as consequências destas *mutações* na sociedade francesa — insurge-se contra a legislação que, em França, consagra a «banalização da sexualidade, da contracepção, do aborto e do divórcio»⁴⁹, responsável, a seu ver, pelo facto de «este país [a França] ir em direcção à morte»⁵⁰ (1983). Interrogando-se sobre as novas práticas matrimoniais, conclui que «o casamento é corroído por um cancro tão terrível desde há alguns anos que é legítimo perguntar se não terá mudado de natureza»⁵¹. Esse *cancro* é naturalmente o aumento da divorcialidade.

O discurso conservador sobre a «crise» da família tem no sociólogo americano Alan Bloom um dos seus mais veementes arautos. Criticando a «decadência» da cultura geral entre os estudantes americanos, «uns verdadeiros selvagens»⁵², Bloom atribui a responsabilidade dessa «decadência» aos pais: mesmo nas famílias felizes, os pais «não têm nada para dar aos filhos, enquanto visão do mundo, de grandes modelos de acção ou de sentimento profundo da relação com os outros»⁵³. A família deixou de ser capaz de «transmitir a tradição», deixou de ser a «guardiã do livro», que era em primeiro lugar a Bíblia. Na opinião de Bloom, a família soçobrou perante a rádio e depois a televisão, as quais «aniquilaram «a intimidade do lar».

Para Shorter, a família moderna vive actualmente um conjunto de rupturas irreversíveis: a ruptura entre as jovens gerações e a família, a ruptura do casal e a ruptura do *ninho* familiar. Estas rupturas são os sinais que anunciam «a destruição da família nuclear e a sua substituição pela família pós-moderna» (1975, 338).

Para ele os protagonistas desta mudança são as mulheres e os jovens. A partir dos anos 60, «os jovens com menos de 20 anos começaram a deixar o círculo da família» (Shorter, 1975, 339). Mas a *ruína* da família conjugal foi sobretudo o resultado da frustração das mulheres cansadas do retrato idílico do

⁴⁹ A. Damien (1983), «Évolution ou révolution dans la famille?», in *Revue des sciences morales et politiques*, 693-720, p. 711.

⁵⁰ *Op. cit.*, p. 710

⁵¹ *Op. cit.*, p. 696.

⁵² Alan Bloom (1987), *L'Âme désarmée. Essai sur le déclin de la culture générale*, prefácio de Saul Bellow, Paris, Julliard, p. 48 (ed. orig: *The Closing of the American Mind*, 1987).

⁵³ *Op. cit.*, p. 60.

lar, doce lar e vendo o seu papel doméstico ser cada vez mais reduzido. Elas, que tinham sido as principais responsáveis pela sua formação, foram também «as principais responsáveis da destruição do ninho» (1975, 339).

Esta «crise» da família conjugal tinha sido já de certo modo prevista por Max Horkheimer, que considerava que «a civilização moderna emancipou a família burguesa, mais do que o indivíduo em si mesmo, e assim albergou desde o início um antagonismo profundo»⁵⁴. A «natureza problemática» congénita da família moderna reflecte-se no divórcio, mas também nas dificuldades que sentem as mulheres — no seu acesso ao mundo dos «machos» — em «assumirem todos os tipos de comportamento de uma sociedade completamente materializada»⁵⁵. Assim, a divisão das mulheres entre o que era dantes o «seu» mundo, isto é, a casa, e o seu novo papel «activo» na sociedade modificou as relações entre mãe e filho: hoje «as crianças não têm a experiência do amor sem reservas da mãe, a sua capacidade de amar fica mal desenvolvida»⁵⁶.

As mudanças dos comportamentos familiares é também assimilada por Evelyn Sullerot a uma crise grave da família. No seu entender, a generalização do controle feminino da fecundidade conferiu às mulheres «uma preeminência que marginaliza o pai»⁵⁷ e contribui para a desagregação da célula familiar. Um dos aspectos mais preocupantes desta desagregação, no seu entender, é «o quase-desaparecimento da *fratria*»⁵⁸ e das formas tradicionais de socialização familiar a favor da socialização pela escola. A preeminência do casal sobre a família, o primado da sexualidade e a recusa do casamento por parte dos jovens — expressão de um «individualismo exorbitante» — são apontados como outros tantos sinais dos «perigos de explosão» que ameaçam a família nuclear⁵⁹.

Afirmando originariamente a sua identidade por oposição ao mundo exterior, sob a pressão do individualismo, em particular o que é protagonizado pelos jovens e pelas mulheres, a família conjugal entrou nos últimos anos num ciclo em que o seu carácter institucional dá sinais de enfraquecimento. Por outro lado, os seus membros são atraídos por forças centrífugas para o mundo exterior. É curioso verificar que já em 1951 Riesman⁶⁰ verificava a existência desta tendência nalguns estratos sociais mais elevados dos Estados

⁵⁴ Max Horkheimer (1971), «O autoritarismo e a família de hoje», in Ruth Nanda Anshen (ed.), *A Família: Sua Função e Destino*, Lisboa, Meridiano, 409-417, p. 409 (ed. orig.: *The Family: its Function and Destiny*, 1970, Londres, Harper & Row).

⁵⁵ *Op. cit.*, p. 417.

⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁷ E. Sullerot (1985), «La famille éclate», in *Sauvegarde de l'enfance*, 1-2, 33-45, p. 38.

⁵⁸ *Op. cit.*, p. 36.

⁵⁹ *Op. cit.*, p. 45.

⁶⁰ *The Lonely Crowd*, 1951, Yale University Press. Neste livro, apoiando-se na teoria de Notestein, David Riesman evidencia a importância dos factores demográficos na emergência da sociedade moderna.

Unidos, em particular comportamentos de distanciamento em relação à família assumidos pelas jovens gerações. Estes comportamentos, que reflectem o exarcebar do individualismo e do desejo de autonomia na época contemporânea — valores intrinsecamente modernos, cuja expressão social foi contida pelo menos até ao final dos anos 50 através de compromissos, em particular na família — têm sido rotulados por alguns autores, como, por exemplo, Shorter, de pós-modernos.

Expressão contraditória desta «pós-modernidade» pode também ser considerado o facto de, durante os anos 80, o crescimento do individualismo ter sido acompanhado por um novo renascer de ideais familiaristas, o que alguns autores apelidaram de *revolução conservadora*⁶¹. Mas foi, provavelmente, André Béjin⁶² quem melhor terá explicado esta aparente contradição, quando sublinhou «a moderna obsessão de ganhar em tudo ao mesmo tempo, de nada sacrificar das suas possibilidades», das gerações jovens.

II. O CASO PORTUGUÊS

1. A SINGULARIDADE DA TRANSIÇÃO PORTUGUESA

O estudo da evolução das tendências demográficas em Portugal⁶³ entre finais do século XVIII e finais da década de 80 confirma a pertinência de algumas das críticas endereçadas à TTD.

J. C. Chesnais procurou contornar as insuficiências da TTD quanto à sua inadequação às diferentes realidades europeias, propondo uma tipologia de modelos de transição. Nesta tipologia, Portugal foi incluído no que designou por modelo de transição *mediterrânico* (Itália, Espanha, Grécia e Portugal). No entanto, esta toponímia revela-se inadequada, porque entre Portugal e os países mediterrânicos os pontos em comum são menos significativos do que as diferenças observáveis entre as histórias das respectivas populações.

A demografia portuguesa foi regulada por dinâmicas autónomas e constitui um caso muito particular no contexto da demografia europeia: (1) o longo desfasamento temporal entre o recuo da mortalidade e o início da queda da natalidade; (2) o baixo nível de partida da natalidade antes do seu declínio; (3) as excepcionais restrições no acesso ao casamento.

O desfasamento temporal entre o recuo da mortalidade e o início da queda da natalidade em Portugal parece, de facto, ter sido mais longo do que

⁶¹ Entre outros, Marc Coutty (revista *Autrement*, n.º 54, Novembro de 1983).

⁶² *Op. cit.*, p. 175.

⁶³ As referências ao caso português baseiam-se nos resultados da investigação sobre a demografia portuguesa apresentados em M. Leston Bandeira (1996, 139-407).

na generalidade dos países europeus. Este desfasamento resultou da aparente autonomia das linhas de evolução da mortalidade e da natalidade. Apesar de não ser possível datar o início da queda da mortalidade, há razões para pensar que em finais do século XVIII essa queda já se teria iniciado. Ora os primeiros sinais do declínio da natalidade só começaram a manifestar-se em Portugal em finais dos anos 20. No entanto, esses primeiros sinais não traduziam uma tendência durável. De facto, a evolução da natalidade entre o final dos anos 20 e o início dos anos 60 parece ter sido fundamentalmente condicionada pelas oscilações da nupcialidade. Assim, do mesmo modo que o primeiro movimento de queda da natalidade (entre 1927 e 1941) pode ter resultado da descida da nupcialidade — ocorrida, *grosso modo*, durante os anos 30 —, também a subida da nupcialidade, a partir do início dos anos 40, pode explicar a subida da natalidade entre 1941 e 1962. Deste modo, o início do declínio estrutural da natalidade seria ainda mais tardio do que, em geral, é admitido, o que leva à confirmação do excepcional desfasamento temporal entre o início da queda da mortalidade (situável, pelo menos, no século XVIII) e o início da da natalidade.

Este desfasamento foi responsável pelo crescimento demográfico observável em Portugal, pelo menos, desde finais do século XVIII. Crescimento, no entanto, moderado, devido às baixas taxas de natalidade que caracterizavam a população portuguesa no chamado «período pré-transicional». Apesar de o crescimento ser moderado, os excedentes naturais da população portuguesa — devido à estagnação económica e à ausência de uma revolução industrial — foram absorvidos prioritariamente pela emigração, a qual se constituiu como um dos mecanismos-chave da matriz portuguesa pré-moderna.

2. A INFLUÊNCIA DA NUPCIALIDADE

A tese de Dupâquier acerca do papel da nupcialidade na regulação do crescimento no período pré-moderno e na emergência do regime moderno encontra no caso português pleno fundamento.

O elevado celibato e o casamento tardio — principalmente entre as mulheres e no Norte e ilhas — funcionaram inquestionavelmente em Portugal, até ao início dos anos 40, como um mecanismo dissuasor dos excessos da procriação. Deste modo, a população portuguesa soube moderar os níveis de reprodução, sem sair do contexto das práticas de uma fecundidade *natural*. Esta racionalização implicava um severo controle sexual, cuja eficácia não era, no entanto, certa e universal. De facto, as práticas não conjugais de procriação não tinham uma frequência uniforme. Assim, em regiões em que o acesso ao casamento era fortemente restringido — Norte e ilhas — a ilegitimidade variava entre taxas muito elevadas em Trás-os-Montes e nos distritos de Viana do Castelo e do Porto e taxas pouco expressivas nos distritos de Braga, Aveiro, Horta e Angra do Heroísmo.

Os efeitos das restrições matrimoniais não tinham incidência apenas na natalidade ilegítima. Nos distritos do Norte e nos Açores, essas restrições afectavam principalmente as mulheres e resultavam do desequilíbrio entre os sexos no mercado matrimonial, provocado pela emigração masculina. Esse facto tem sido interpretado como consequência directa da emigração. Mas a lógica social inerente às restrições matrimoniais — o imperativo do casamento-estabelecimento, que singulariza o *padrão europeu de casamento* (Hajnal, 1965) — sugere que a relação inversa é que será verdadeira: a emigração não era a causa das restrições matrimoniais, antes sua consequência.

Uma das questões que se têm colocado quanto ao padrão europeu de casamento é a de saber em que época terá começado a ser praticado. Esta questão — apesar das hipóteses avançadas por Hajnal, que situam o início dessa prática no século XVII — não encontrou até hoje resposta concludente. Esta indefinição verifica-se também em relação a Portugal, o que não é de espantar, dadas as lacunas de conhecimento da nossa história demográfica.

Se parece comprovado que a existência de fortes restrições matrimoniais desempenhou um papel-chave na matriz demográfica pré-moderna portuguesa, não é menos verdade que a abertura do mercado matrimonial e a liberalização do casamento, que se desenvolveram a partir dos anos 40, foram decisivas no processo de contenção da natalidade e de modernização social.

A redução dos mecanismos de restrição matrimonial, numa primeira fase (entre 1941 e 1962), terá provocado um aumento da natalidade. Idêntica reacção foi constatada por Dupâquier em França em meados do século XVIII: a perda da eficácia do sistema auto-regulador na travagem do crescimento conduziu a uma explosão da natalidade. Em Portugal, as consequências não foram tão dramáticas, mas os efeitos da desregulação não deixaram de se fazer sentir durante vinte anos. A partir dos anos 60, ao mesmo tempo que se intensifica a liberalização do casamento, avançam também os sinais de um declínio estrutural da natalidade. É, assim, claro que este declínio foi precedido não apenas pelo recuo da mortalidade — como afirma a TTD —, mas também pela transformação das condições do acesso ao casamento. Nesse sentido, pode dizer-se que a modernização dos comportamentos em matéria de procriação é necessariamente antecedita da modernização das práticas matrimoniais. De certo modo, o reconhecimento do direito universal à associação matrimonial, ao tornar caducas as formas de controle da natalidade pelo casamento, força a adopção de novas formas de controle, agora dentro do casamento. Isto é, a necessidade acaba por criar o engenho. Retomando a fórmula de Coale⁶⁴, aquilo que dantes não era «moralmente aceitável» adquire legitimidade a partir do momento em que as práticas sociais já não

64 A. J. Coale, «The demographic transition», in *Proceedings of the IUSSP Conference*, Liège, 177-211.

se adequam aos fins visados. O padrão europeu de casamento visava racionalizar a reprodução demográfica, enquadrando-a através de restrições. A caducidade destas restrições obrigou as populações a procurarem outros meios para obterem essa racionalização. Sendo a procura mais importante do que os meios técnicos (Ariès, 1979), a aceitação da legitimidade desses meios implicou uma complexa viragem psicológica e social, uma «redefinição das metas sociais» (Notestein, 1945), que tende a ser assumida mais tardiamente do que a ideia de se reivindicar o direito ao casamento. Em Portugal, o espaço de tempo que ocorreu entre a liberalização do casamento e o início da queda da natalidade foi curto, como curto foi o período necessário à passagem de uma situação de alta natalidade para uma de baixa natalidade. Essa súbita aceleração social e demográfica exprime, no fundo, a urgência das mudanças que impregnava a sociedade portuguesa, durante muito tempo imobilizada. A partir dos anos 60, a progressiva afirmação da autonomia da nupcialidade em relação à natalidade confirma que a demografia portuguesa tinha, finalmente, começado a entrar na era moderna.

A liberalização do mercado matrimonial parece ter sido, em grande parte, resultado da vaga emigratória das décadas de 60-70. De um ponto de vista teórico, a forte emigração deste período, acrescida, aliás, da guerra colonial, devia ter funcionado como um factor de perturbação do mercado matrimonial, impedindo ou adiando um número importante de casamentos. Na realidade, dadas as características desse movimento, os resultados foram diametralmente opostos.

A emigração foi o meio através do qual muitos camponeses, apesar de todas as resistências, acederam ao estatuto de trabalhadores assalariados. A autonomia económica concedida por esse estatuto terá tido consequências decisivas para os jovens, que, libertos do controle institucional da família pré-moderna, passaram a protagonizar as decisões relativas ao *seu* casamento.

A conclusão do processo de abertura do mercado matrimonial marcou o termo da primeira fase da modernização da nupcialidade em Portugal. A partir de 1975, o quadro social das transformações dos comportamentos matrimoniais começa a alterar-se. O que está em causa já não é apenas o acesso ao casamento, mas a natureza do contrato matrimonial. Num quadro social dominado pelo afirmar da preeminência das aspirações individuais, em detrimento dos imperativos de grupo, e pela autonomização da sociedade civil, um tipo de contrato matrimonial laico, em oposição ao contrato tradicional de inspiração católica, tende a proliferar e a ideia de unicidade e estabilidade matrimoniais, através da qual se definia tradicionalmente o quadro das representações sociais do casamento, deixa de ser um paradigma comum. A coexistência na sociedade portuguesa actual de práticas matrimoniais modernas e de práticas arcaicas sublinha à sociedade um dos resultados essenciais da modernidade: a legitimidade social da pluralidade de práticas e de modelos matrimoniais,

consagrada pelo reconhecimento da liberdade de associação no casamento e do direito à ruptura da união.

As mudanças de atitude dos jovens face ao casamento foram também influenciadas pelos movimentos protagonizados pelos estudantes universitários durante a década de 60. Esses movimentos, para além da democratização do ensino, reclamavam também novas formas de contratualidade social e familiar e liberdade sexual (a «segunda revolução» de Shorter)⁶⁵.

O papel precursor dos novos comportamentos matrimoniais na afirmação de um modelo moderno é testemunhado ainda pela progressiva homogeneização dos padrões de nupcialidade. De facto, o atenuar das diferenças regionais em matéria de natalidade, detectável durante os anos 80, foi precedida pelo desaparecimento dos sistemas regionais de casamento, ao mesmo tempo que a nupcialidade perdia o seu papel de reguladora da natalidade.

A singularidade do processo de modernização demográfica e social é, pois, evidente:

- 1) Uma difusão tardia, lenta e problemática de comportamentos demográficos modernos, a qual converge com outras características conhecidas da história social portuguesa, como seja o facto de as correntes laicas e o modelo social urbano-industrial — apesar da revolução liberal e da República —, até uma época muito recente, terem encontrado adesão apenas em sectores social e geograficamente perfeitamente localizados e muito minoritários. Tendo-se mantido, até à década de 60, maioritariamente ancorada em valores tradicionais, próprios de um modo de vida rural, a partir desta época, sob a influência de diferentes factores, em particular da emigração e dos movimentos de jovens, a balança começou então a pender a favor da modernidade. Mas foi a revolução de 1974 que veio consagrar a ruptura com a tradição, abrindo a porta a todas as transformações;
- 2) Na época pré-moderna — ou no chamado período «pré-transicional» —, em virtude do elevado celibato feminino, a natalidade portuguesa era mais baixa do que na generalidade dos países europeus;
3. Na população portuguesa, tal como noutros países europeus, coexistiam, no entanto, realidades regionais diversas e existem indícios de que as práticas demográficas, familiares e matrimoniais revestiam na época pré-moderna, consoante as regiões, diferentes formas;
4. Não tendo conhecido o fenómeno do *baby boom* (1945-1965), a mortalidade e a natalidade portuguesas alinharam num curto espaço de

⁶⁵ A «Carta a uma jovem portuguesa», publicada pela *Via Latina*, jornal da Associação Académica de Coimbra, em 19 de Abril de 1961, constitui, de algum modo, um manifesto dos jovens estudantes que reclamam liberdade sexual.

tempo pelos indicadores dominantes na Europa e nos países industrializados. A fecundidade portuguesa é, aliás, actualmente uma das mais baixas do mundo (à volta de 1,5 filhos por mulher).

3. A QUESTÃO DO DUALISMO PORTUGUÊS

Um dos aspectos da singularidade portuguesa que importa aprofundar diz respeito à coexistência de dois processos de *transição* distintos: enquanto a evolução demográfica nas regiões do Sul se desenvolveu com alguma proximidade do modelo dominante na Europa, foi entre as populações do Norte que se exprimiu o modelo de modernização lenta e tardia.

A proximidade entre a *transição* das populações do Sul e o modelo dominante entre as populações europeias é incontestável:

- 1) No período *pré-transicional*, a natalidade do Norte era baixa devido às restrições matrimoniais, que reduziam o período de actividade fecunda das mulheres. Mas no Sul, onde as mulheres beneficiavam de um acesso mais fácil ao casamento — e, por isso, dispunham de um tempo de procriação mais longo —, a natalidade, tal como na maioria dos países europeus, era elevada;
- 2) Não apenas o início da queda da natalidade foi mais precoce entre as populações do Sul, como, ao contrário do que aconteceu no Norte — onde a natalidade subiu durante as décadas de 50 e 60 —, essa tendência não teve um carácter meramente conjuntural, tendo-se desenvolvido de forma linear a partir do seu início.

A realidade indesmentível da clivagem entre as demografias do Norte e do Sul — um *dualismo* que reproduz, noutros termos, o dualismo proposto por Oliveira Martins — não se sobrepõe a outras clivagens que dividem ou dividiam Portugal. Mas ela constitui um dado estrutural da sociedade portuguesa pré-moderna, porventura mais decisivo do que outros dualismos, nomeadamente o que opunha, segundo A. Sedas Nunes⁶⁶, as regiões mais urbanizadas às regiões rurais. No plano demográfico, os traços distintivos entre populações urbanas e populações não urbanas são ténues: o distrito do Porto esteve sempre mais próximo dos distritos vizinhos do que do distrito de Lisboa, o qual, por sua vez, sempre manifestou afinidades com os outros distritos do Sul. No entanto, o factor urbano não é negligenciável: foi na cidade de Lisboa que apareceram os primeiros sinais de práticas malthusianas⁶⁷, assim como o divórcio foi sempre uma prática eminentemente urbana e sobretudo lisboeta.

⁶⁶ A. Sedas Nunes (1968), *Sociologia e Desenvolvimento. Estudos e Ensaios*, Lisboa, Moraes Editores, col. «Temas e problemas».

⁶⁷ O facto de, durante a década de 30, a queda da fecundidade ter sido mais intensa nos distritos de Lisboa e do Porto indica que no Portugal marcadamente rural de então era, sem

Os indícios detectados não justificam, no entanto, que se possa falar de tendências demográficas urbanas autónomas, portadoras de valores de modernidade, por oposição a uma demografia rural, de orientação conservadora. As clivagens entre estabilidade e mudança, apego à tradição e abertura à modernidade, separam antes, *grosso modo*, as populações do Norte e as do Sul. No que toca à especificidade das práticas demográficas urbanas, o que se pode dizer é que em Portugal coexistiram dois tipos de práticas urbanas distintas: no distrito do Porto, uma prática mais conservadora, alinhando pelas referências características das populações do Norte, e uma prática aberta à inovação, no distrito de Lisboa, mais próxima das populações meridionais. O que nos traz de volta ao dualismo Norte-Sul.

A explicação das causas deste dualismo, por razões óbvias, não se enquadra no modelo da TTD, a qual tem como axioma central o carácter apodítico da relação entre industrialização e queda da natalidade. Livi Bacci, aliás — no estudo mais aprofundado até hoje realizado sobre a demografia portuguesa —, insistiu sobretudo nas diferenças de carácter e de atitude perante as práticas religiosas das populações do Minho e do Alentejo, as quais, na sua opinião, constituíam os «dois pólos da sociedade portuguesa» (1971, 13).

Outros autores, como Fernando Medeiros⁶⁸, adoptando como critério distintivo das diferenças entre Norte e Sul os respectivos regimes de propriedade, traçaram uma fronteira entre a população proletarizada do Alentejo e da Beira Baixa e a população do Norte, que resistia à proletarização.

Lesthaeghe e Wilson⁶⁹, referindo-se à fecundidade das populações europeias entre 1870 e 1930, falaram de outro tipo de resistência, a resistência *moral* à aceitação das práticas contraceptivas modernas, que, segundo eles, atrasou nos países católicos a difusão desses métodos. E concluíram que foi a progressiva laicização das mentalidades que, apesar dessas resistências, conduziu à difusão do controle artificial da fecundidade e, por conseguinte, ao seu declínio.

De facto, o exemplo da confrontação entre Norte e Sul mostra que, do mesmo modo que as diferenças demográficas que separavam as sociedades pré-modernas não assentavam numa causa única, também a adesão tardia ou precoce a práticas modernas por parte das populações é determinada por um conjunto de factores que não é possível ordenar hierarquicamente.

Por esta razão, apesar de ser legítimo afirmar-se que em Portugal as diferenças demográficas entre Norte e Sul remetem para a oposição entre os

dúvida, nos meios urbanos que o desenvolvimento de dinâmicas de modernização dos comportamentos de procriação encontrava condições mais favoráveis.

⁶⁸ F. Medeiros (1978), *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, col. «Biblioteca de história».

⁶⁹ *Op. cit.*

caracteres e atitudes conservadores e pouco permeáveis à inovação das populações do Norte, influenciadas por valores familiaristas e clericais, e as atitudes mais abertas à mudança e à modernidade e influenciadas por valores laicos das populações do Sul, não deixa de ser verdade que estas idiossincrasias fazem um todo com outros factores, como sejam, no caso das populações rurais, o regime de propriedade, no caso das populações urbanas, o tipo de actividade profissional e, em ambas, o *status* social.

As incidências conservadoras da *resistência à proletarianização* por parte dos camponeses do Norte decorrem fundamentalmente da estratégia defensiva dessas populações, isto é, a luta «pela manutenção do seu modo de produção e de existência, nomeadamente a conservação do seu pedaço de terra»⁷⁰. Estes camponeses, ao contrário dos assalariados rurais do Sul, eram ou são proprietários ou rendeiros de pequenas parcelas de terra, e deles se pode dizer que, mesmo quando pouco possuíam, nesse pouco se concentrava um modo de vida, que não estavam preparados para perder. Daí a passividade, o conservadorismo, o sentido do compromisso, a submissão perante o patrocínio religioso e político⁷¹. Do mesmo modo que o sentimento da ligação à terra aparece como o vector matricial decisivo da resistência à proletarianização — que é, de facto, uma resistência à modernidade —, a ausência desse sentimento explicará a maior permeabilidade à mudança e ao ajustamento de estratégias individuais e familiares por parte dos assalariados rurais do Sul.

Tal como a sociedade, a matriz demográfica portuguesa encontra-se actualmente profundamente mudada. Mas, apesar das intensas transformações sociais e demográficas, o velho e o novo tendem a coexistir em muitas áreas da sociedade. O deperecimento da agricultura como meio de vida exclusivo nos meios rurais, por exemplo, não fez desaparecer completamente as formas de vida camponesa. No Alto Minho, «uma vida camponesa pura e simples não é hoje viável [mas] continua a ser a única forma de garantir aos habitantes rurais um tipo de pertença e segurança social de que eles não podem prescindir»⁷². Na região de Leiria, a penetração da indústria nos campos leva as famílias camponesas a optarem por estratégias que, num contexto de mudança, assegurem «quer a reprodução de padrões tradicionais da família aldeã, quer a melhoria das suas posições e do seu bem-estar social»⁷³. Do mesmo modo, as *casas de emigrante* — intromissão exótica do

⁷⁰ M. Carlos Silva (1987), «Camponeses nortenhos: 'conservadorismo' ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência», in *Análise Social*, 23 (97), 407-445, p. 444.

⁷¹ O significado do conservadorismo político dos camponeses do Norte foi analisado pormenorizadamente por Manuel Carlos Silva (*op. cit.*).

⁷² J. de Pina-Cabral (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A Visão do Mundo Camponês no Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, col. «Portugal de perto», p. 44

⁷³ Nelson Lourenço (1991), *Família Rural e Indústria. Mudança Social na Região de Leiria*, Lisboa, Fragmentos, col. «Estudos», p. 253.

urbano na paisagem rural, tantas vezes criticada — exprimem no Alto Minho, não a «renúncia aos valores camponeses», mas antes «a persistente identificação que os camponeses, fazem entre melhores padrões de vida e valores burgueses urbanos»⁷⁴.

No entanto, se bem que os camponeses continuem a valorizar a ligação à terra — mais através da sua posse do que da sua exploração útil⁷⁵ — como forma de preservarem a sua identidade, a descoberta do bem-estar burguês e urbano torna inevitável a adesão a formas de racionalidade moderna, de que o controle voluntário da descendência é uma das primeiras afirmações. Nas áreas sociais excluídas desse bem-estar subsistem naturalmente estratégias de pura sobrevivência e, logicamente, a restrição da fecundidade não aparece como uma necessidade prioritária. A elevada frequência da prática do trabalho infantil em algumas regiões — principalmente do Norte — constitui um dos mais verosímeis indicadores da persistente resistência à mudança e aos valores da modernidade em algumas áreas sociais.

No entanto, a perspectiva de uma certa uniformização no futuro é uma hipótese plenamente credível. No plano demográfico, os indícios de uma tal uniformização — o progressivo desaparecimento das disparidades regionais na fecundidade e na nupcialidade, a difusão do divórcio — são por de mais evidentes. No plano social, o deperecimento do trabalho rural e a concentração urbana, o aumento da escolarização e da actividade profissional das mulheres, assim como a influência normalizadora da televisão, concorrem eficazmente para acentuarem esse efeito.

A intensidade de tal evolução tem, no entanto, produzido efeitos perversos. O acentuar da excessiva concentração urbana no litoral e a consequente degradação do *habitat* e das condições de vida, a desertificação galopante do interior, a baixa fecundidade e o rápido envelhecimento da população são preocupantes. Face a esta nova situação, há que redefinir políticas e atitudes. Cabe, em particular, ao Estado português — através de políticas coerentes de descentralização administrativa, económica e social e de apoios às famílias — e à comunidade científica e à sociedade civil, através da reflexão e de acções adequadas, contribuir para que se invertam essas tendências. De outro modo, arriscando-me a parecer mais pessimista do que Malthus, atrevo-me a vaticinar um futuro sombrio para a população portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

ARIES, Philippe (1979), *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII^e siècle*, Paris, Éditions du Seuil (col. «Points-histoire») (1.^a ed., 1948).

⁷⁴ João de Pina-Cabral, *op. cit.*, pp. 73-74.

⁷⁵ João de Pina-Cabral, *op. cit.*, p. 44.

- BACCI, Massimo Livi (1971), *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press.
- BANDEIRA, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. «Análise social».
- BOUTE, Joseph (1965), «La 'transition démographique' comme cadre théorique», in *Recherches économiques de Louvain*, 8, 695-709.
- BURGUIÈRE, André (1972), «De Malthus à Max Weber: le mariage tardif et l'esprit d'entreprise», in *Annales ESC*, 4-5, 1128-1138.
- CALDWELL, J. C. (1976), «Toward a restatement of demographic transition theory», in *Population and Development Review*, 2 (3-4), 321-366.
- CALDWELL, J. C. (1980), «Mass education as a determinant of the timing of fertility decline», in *Population and Development Review*, 6 (2), 225-255.
- CHESNAIS, Jean-Claude (1986), *La transition démographique. Étapes, formes, implications économiques. Étude de séries temporelles (1720-1984) relatives à 67 pays*, Paris, Presses Universitaires de France/Institut National d'Études Démographiques (col. «Travaux et documents», caderno n.º 113).
- DUPÂQUIER, Jacques (1972), «De l'animal à l'homme: le mécanisme auto-régulateur des populations traditionnelles», in *Revue de l'Institut de Sociologie*, 2, 177-211.
- GUILLAUME, P., e J.-P. Poussou (1970), *Démographie historique*, Paris, Armand Colin (col. U).
- HAJNAL, John (1965), «European marriage patterns in perspective», in D. V. Glass e D. E. C. Eversley (eds.), *Population in History*, Edward Arnold, Londres, 101-143.
- LANDRY, Adolphe (1982), *La révolution démographique. Études et essais sur les problèmes de la population*, nova edição, 1982, apresentada por A. Girard, Paris, Institut National d'Études Démographiques (1.ª ed., 1934).
- NOTESTEIN, F. W. (1945), «Population, the long view», in E. Schulz (ed.), *Food for the World*, University of Chicago Press, 36-56.
- NOTESTEIN, F. W. (1953), «Economic problems of population change», in *8th International Conference of Agricultural Economists*, Londres, Oxford University Press, 15-18.
- ROUSSEL, Louis (1980), «Mariages et divorces. Contribution à une analyse systématique des modèles matrimoniaux», in *Population*, 6, 1025-1039.
- ROUSSEL, Louis (1987), «Deux décennies de mutations démographiques (1965-1985) dans les pays industrialisés», in *Population*, 6, 429-447.
- SECCOMBE, Wally (1983), «Marxism and demography», in *The New Left Review*, 137, 22-47.
- SHORTER, Edward (1977), *Naissance de la famille moderne — XVIII-XX siècles*, Paris, Éditions du Seuil, col. «Points-histoire» (ed. orig.: *The Making of the Modern Family*, 1975, Nova Iorque, Basic Books).
- TABUTIN, Dominique (1980), *Problèmes de transition démographique*, tomo I, *Schémas classiques, problèmes d'analyse, interactions mouvement-structure*, Lovaina, Departamento de Demografia, Universidade Católica de Lovaina.
- TABUTIN, Dominique (1985), «Les limites de la théorie classique de la transition démographique pour l'Occident du XIX^{ème} siècle et le Tiers-Monde actuel», in *Congrès international de la population*, vol. 4, Florença, 275-300.
- THOMPSON, W. S. (1929), «Population», in *American Journal of Sociology*, 34, 959-975.